



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 228
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0198784-2
COMARCA : Alagoinha -- Vara única
APELANTE : José Elizeu Bezerra
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL TRÂNSITO. LESÃO CORPORAL CULPOSA. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL. INAPLICABILIDADE DO ART.72 DA LEI 9.099/95. CONCURSO DE CRIMES. COMPETÊNCIA DEFINIDA PELA SOMA DAS PENAS MÁXIMAS COMINADAS AOS DELITOS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

I - Fica afastada a competência do Juizado Especial Criminal quando, em caso de concurso material de crimes, a soma das penas máximas atribuídas, em abstrato, às infrações, supera o limite do art. 61 da Lei 9.099/90, ou seja, um apenamento superior a 02 (dois) anos.

II - Não merece reforma e, conseqüentemente, absolvição do réu, a sentença condenatória em harmonia com as provas carreadas aos autos.

III - Preliminar rejeitada à unanimidade.

IV - Apelação a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0198784-2**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à

9




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

229

unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Presidente


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

230

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0198784-2
COMARCA : Alagoinha - Vara única
APELANTE : José Elizeu Bezerra
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

JOSÉ ELIZEU BEZERRA, conhecido por "FOM", foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 303¹, 304² e 309³ todos da Lei 9.503/97, acusado de conduzir o veículo CARAVAN de placa KVV 3822/PE sem a devida carteira de Habilitação, tendo atingido a vítima **Maria Batista Guimarães**, causando-lhe as lesões descritas no Laudo Traumatológico de fls. 13, e, ato contínuo, fugido sem prestar socorro à vítima, fato este ocorrido no dia 20.08.2004, por volta das 15:00 horas, na Rua João Francisco Galindo, município de Alagoinha.

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado, nos termos do art. 303 da Lei 9.503/97, à pena de 01 (um) ano e 03 (três) meses de detenção, a ser cunprida em regime aberto, sendo a pena privativa de liberdade substituída por 01 (uma) restritiva de direito, consistente em prestação de serviços à comunidade, conforme sentença de fls. 89/94.

¹ Art. 303 - Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor

² Art. 304. Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública:

Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa, se o fato não constituir elemento de crime mais grave.

³ Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano:

Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

231

Inconformado, o acusado interpôs tempestivo recurso apelatório (fls. 99), oferecendo razões recursais às fls. 103/110, alegando, em sede de preliminar, a nulidade de todos os atos do processo, inclusive da denúncia, ante a ausência de audiência preliminar prevista no art. 72 da Lei 9.099/95, oportunidade em que poderia ter ocorrido a composição civil entre o acusado e a vítima, e ainda, a possível retratação da representação.

No mérito, alega que a sentença é manifestamente contrária à prova dos autos, pugnando pela sua absolvição.

O representante do Ministério Público ofereceu contrarrazões de apelação, rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do recurso em todos os seus termos (fls. 115/116).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, ofereceu parecer opinando pelo desprovimento do recurso, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos (fls. 126/129).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, ex vi do disposto no art. 610⁴, do Código de Processo Penal.

Recife, 05 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira -- Relatora

⁴ Art. 610. Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de habeas corpus, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 232
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0198784-2
COMARCA : Alagoinha – Vara única
APELANTE : José Elizeu Bezerra
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO - PRELIMINAR

Suscita, o recorrente, preliminar de nulidade processual, por falta da audiência prevista no art. 72, da Lei 9.099/95, oportunidade em que poderia ter ocorrido a composição civil entre o acusado e vítima, e, ainda, a possível retratação da representação.

Não assiste razão ao recorrente, como bem destacou a douta Procuradoria de Justiça, em seu judicioso parecer (fls. 127/128):

"(...) fica afastada a competência do Juizado Especial Criminal quando o somatório das penas culminadas a cada crime constante da denúncia, cometidos em concursos material ou formal e aos chamados crimes continuados, computando o aumento respectivo, ultrapassa o limite legal (...)".

Dessa forma, denunciado o recorrente pela prática de lesão corporal culposa, omissão de socorro e direção de veículo automotor sem permissão ou habilitação, constata-se que, somadas as penas máximas atribuídas, em abstrato, às três infrações, resulta superado o limite do art. 61⁵ da Lei 9.099/90, que define como de menor potencial ofensivo apenas os crimes e as contravenções penais a que a lei

5 Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

233

comine pena máxima não superior a 02 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

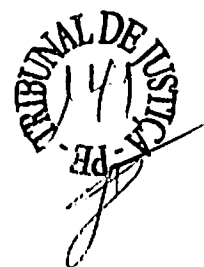
Ademais, é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, no caso de concurso de crimes, a pena considerada para fins de fixação da competência do Juizado Especial Criminal será o resultado da soma, no caso de concurso material, ou a exasperação, na hipótese de concurso formal ou crime continuado, das penas máximas cominadas aos delitos; destarte, se desse somatório resultar um apenamento superior a 02 (dois) anos, fica afastada a competência do Juizado Especial, senão vejamos:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA X TURMA RECURSAL. 1. DELITOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. CONCURSO MATERIAL. PENAS MÁXIMAS ABSTRATAS QUE SOMADAS ULTRAPASSAM DOIS ANOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO COMUM. PRECEDENTES. 2. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POR JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS. 3. COMPETÊNCIA DA TURMA RECURSAL.

1. Praticados dois delitos de menor potencial ofensivo em concurso material, se o somatório das penas máximas abstratas previstas para os tipos penais ultrapassar 2 (dois) anos, afastada estará a competência do juizado especial, devendo o feito ser instruído e julgado por juízo comum. Precedentes.

2. Proferida sentença condenatória pelo Juizado Especial Criminal, compete à Turma Recursal a análise de eventual recurso de apelação interposto, ainda que apenas para reconhecer a incompetência do juizado especializado e anular os atos decisórios, com a posterior remessa dos autos ao juízo competente, em observância do princípio da perpetuatio jurisdictionis.

3. Conflito conhecido para se declarar a competência da Primeira Turma Recursal Criminal dos Juizados Especiais do Estado do Rio Grande do Sul. (STJ - CC 79.022/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 08.05.08). (DESTAQUEI).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

234

Ante o expendido, rejeito a preliminar suscitada pela defesa.

Recife, de janeiro de 2010.

Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

235

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0198784-2
COMARCA : Alagoinha -- Vara única
APELANTE : José Elizeu Bezerra
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO - MÉRITO

Insurge-se, o recorrente José Elizeu Bezerra, contra a sentença condenatória do Juízo da vara única da Comarca de Alagoinha que o condenou à pena de 01 (um) ano e 03 (três) meses de detenção, por infração ao art. 303 do Código de Trânsito Brasileiro, alegando que a decisão foi manifestamente contrária à prova dos autos.

A materialidade do delito encontra-se satisfatoriamente demonstrada na perícia traumatológica (fls. 13) e nas fotografias de fls. 20/24.

Apesar de o recorrente não ter confessado a prática delitiva, e a vítima, em depoimento prestado perante a autoridade policial e judicial, ter negado as acusações feitas contra o acusado, a autoria restou comprovada pela perícia que confirmou a lesão corporal, pela retratação da vítima no decorrer da instrução criminal, após realização de acareação, e pela testemunha presencial do atropelamento, a pessoa de Edinildo Galindo Freire, consoante os depoimentos a seguir transcritos.

A vítima retratou-se no decorrer da instrução criminal, afirmando que havia mentido em razão de ter o acusado pedido ao seu cônjuge que assim procedesse, asseverando (fls. 64):

"(...) que reperguntada sobre os fatos narrados na denúncia, ai declarante informou que o carro do acusado encostou na sua pessoa na altura do braço e essa encostada pelo acusado

6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

236

arranhou o braço da declarante e logo depois ela tropeçou e caiu; que o carro bateu na declarante quando estava dando ré e ficou uma raladura no seu braço; que o próprio acusado pediu ao marido da declarante para que ela não dissesse em juízo que o carro dele havia batido na declarante; (...)".

Corroborando com a versão apresentada pela vítima, a testemunha Ednildo Galindo Freire, que estava no local e presenciou o delito, declarou em juízo (fls.63/64):

"(...) Que presenciou quando o acusado atropelou a pessoa de dona Maria Batista; que o acusado deu ré no carro e bateu na vítima; que o acusado fez a volta mais ou menos no meio da rua onde tem uma entrada de beco e deu ré batendo na vítima; que a rua estava fechada dos dois lados; que o acusado estava em velocidade média; que foi até a delegacia prestar queixa por "Fom" ter colocado o carro contra sua pessoa e foi a própria Mariquinha quem prestou queixa por seu atropelamento; que acredita que o acusado tenha influenciado os informantes para afirmarem que não houve atropelamento, mas o depoente está dizendo a verdade; que a parte traseira do veículo dirigido pelo acusado bateu nas pernas da vítima, depois ela caiu no chão, não sabendo informar se ficou alguma marca; que além dos informantes a testemunha Catarina também viu o atropelamento; que após o atropelamento a vítima foi até a delegacia onde o delegado encaminhou-a para atendimento médico; que quando a vítima chegou na delegacia o depoente estava saindo e viu quando o delegado mandou para atendimento médico; que até ontem conversou com a vítima e esta falava que havia sido atropelada e hoje a conversa mudou acreditando que tenha havido alguma influência do acusado; que o acusado e vítima não são do mesmo partido político; que não sabe informar se acusado e vítima era amigos ou inimigos (...)".

Vê-se, pois, que existe compatibilidade entre a palavra da vítima e os demais subsídios coligidos aos autos, constituindo relevante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

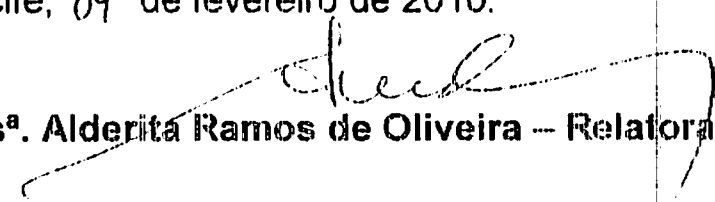
237

esteio para a formação do convencimento do magistrado com relação à autoria.

Desse modo, restou evidenciado que o apelante praticou o delito descrito na denúncia, haja vista que a vítima e a testemunha presencial do delito são categóricas em afirmar que o acusado conduzia o seu veículo em velocidade incompatível com o local, violando; imprudentemente, o dever de cuidado objetivo, praticando o delito descrito no art.303 da Lei 9.503/97 (lesão corporal culposa), não merecendo reparo a sentença recorrida.

Ante o expandido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira -- Relatora